

Aspectos da geoeconomia Fluminense

Ronaldo Goulart Duarte

Ronaldo Goulart Duarte é mestre em Geografia pela UFRJ, professor assistente do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira - CAP-UERJ e Coordenador da Área de Ciências Humanas do Colégio Cruzeiro - Unidade Centro. Autor de livros didáticos e paradidáticos e professor-pesquisador do Grupo de Pesquisa em Educação Geográfica (GPEG) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A geografia do estado do Rio de Janeiro é tema freqüente dos exames vestibulares locais, seguindo uma lógica coerente de aplicação dos conhecimentos geográficos como instrumentos para compreensão de um recorte espacial que é próximo da vivência dos candidatos ao ensino superior. Essa prática, acrescente-se, é amplamente difundida nos exames de caráter similar das outras unidades da federação. Contudo, uma vez que os livros didáticos para o ensino médio são editados em escala nacional, os vestibulandos fluminenses dispõem de um número reduzido de fontes de estudo sistematizadas a respeito dessa temática tão relevante.

Este texto procura oferecer uma contribuição, ainda que breve, aos estudantes, focalizando a geoeconomia do Estado.

O Rio de Janeiro no contexto nacional

O estado do Rio de Janeiro, do ponto de vista da extensão territorial, não se destaca no conjunto do Brasil. Ao contrário, ele possui a quarta menor área entre as 27 unidades federativas brasileiras. Com 43.864,30 km² (apenas 0,51% da superfície do país), ele só é maior do que Sergipe, Alagoas e Distrito Federal.

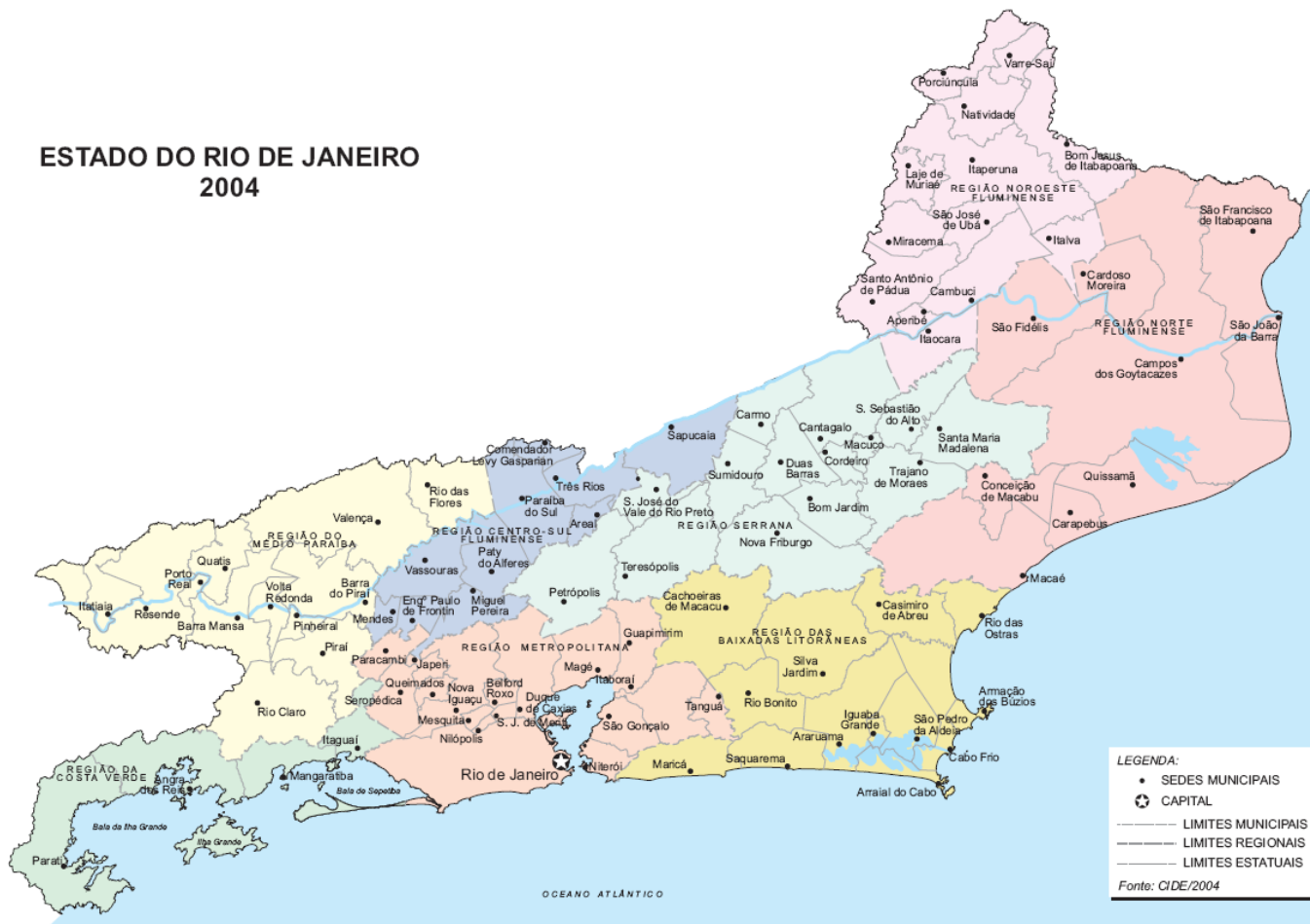
Por outro lado, trata-se de um estado bastante populoso: seu contingente de 15.420.375 habitantes é o terceiro maior do país. O resultado disso é que somente uma unidade federativa, o Distrito Federal, tem densidade demográfica superior à do Rio de Janeiro: cerca de 423,3 e de 352,9 habitantes por quilômetro quadrado, respectivamente.

Mas a relevância fluminense no cenário nacional é visível, sobretudo na economia. O estado possui o segundo maior PIB do país, o que corresponde a aproximadamente 11,5% do total nacional, superado apenas por São Paulo, com 33,9% (IBGE, 2005: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>).

O Rio de Janeiro e sua organização econômica

No mapa abaixo, é visível a divisão do estado do Rio de Janeiro em regiões de governo, cuja delimitação leva em conta, entre outros fatores, as características da organização econômica do espaço estadual (clique no mapa para ampliar).

ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2004



A organização interna do espaço estadual do Rio de Janeiro é extremamente desigual: apesar de reunir 92 municípios, a distribuição da população e a produção da riqueza estão fortemente concentradas na capital e em sua área metropolitana. Só a cidade do Rio de Janeiro abrigava cerca de 40% da população e 43% do PIB do estado em 2006, segundo o Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro - CIDE.

É bem verdade que essa desproporção já foi maior. De acordo com os dados do CIDE, em 1997, esse percentual era de 64,2%, revelando uma certa tendência à interiorização da riqueza, cujas causas mereceriam comentários que vão além dos limites deste artigo.

Um fato que deve ser destacado, no entanto, é que grande parte da diminuição relativa do PIB carioca teve uma correspondência no crescimento ocorrido em outros 16 municípios da região metropolitana. Essa área, juntamente com a capital, possui cerca de 75% da população e 65% do PIB estadual.

Mas é inegável que houve um avanço significativo do PIB extrametropolitano nos últimos dez anos. Dentre os cinco municípios com maior PIB no estado, estão Volta Redonda e Macaé, localizados em duas regiões cujos ritmos de crescimento econômico são os maiores responsáveis pela desconcentração espacial da economia fluminense, o Vale do Paraíba e o Norte Fluminense.

No Vale do Paraíba, o crescimento se deve ao avanço industrial da região, especialmente nos setores metalúrgico, mecânico e automobilístico. Já no Norte Fluminense, o dinamismo é o resultado da expansão das atividades de apoio à extração do petróleo nas áreas marinhas da bacia sedimentar de Campos.

A despeito disso, a maior parte dos grandes investimentos industriais recentes ou que estão em andamento no estado do Rio de Janeiro tem sua localização na região metropolitana. É o caso, por exemplo, da Siderúrgica do Atlântico (do grupo alemão Thyssen), da ampliação da siderúrgica COSIGUA (Grupo Gerdau), da nova fábrica da Michelin, todos na Zona Oeste carioca, do COMPERJ, complexo petroquímico da Petrobrás, em Itaboraí, do Pólo Gás-Químico, em Duque de Caxias, dentre outros. Só os dados econômicos dos próximos anos confirmarão ou não se há uma tendência de reconcentração metropolitana.

O Rio de Janeiro importa grande parte dos gêneros alimentícios que consome, e essa debilidade rural é uma das explicações para a relativa fragilidade da rede urbana estadual, quando comparada a de outros estados do Centro-Sul do país. Esse pouco desenvolvimento do setor agropecuário do estado também explica o dinamismo relativamente baixo do interior fluminense.

A atividade de maior relevância nessa região é a pecuária leiteira, voltada principalmente para o abastecimento do mercado da região metropolitana e contando com nível médio de modernização não muito elevado. Essa atividade é realizada, em boa parte, sobre os solos empobrecidos pelo cultivo do café no final do século XIX e início do XX.

Em relação ao setor agropecuário, merecem destaque o decadente cultivo da cana-de-açúcar no Norte Fluminense e a produção de hortigranjeiros na Região Serrana, esta última como parte do "Cinturão Verde" que abastece a área metropolitana.

Em contrapartida, o setor terciário é o grande destaque da economia fluminense, especialmente da sua capital, sendo responsável pela maior parte do PIB estadual. O turismo é uma atividade de grande importância, em particular para as regiões Metropolitana, das Baixadas Litorâneas, Serrana e da Costa Verde. Os setores financeiro, educacional, comercial, de transportes e comunicações completam o conjunto das atividades que constituem a espinha dorsal do terciário fluminense.

Considerações finais

Como vimos, o estado do Rio de Janeiro possui uma economia relevante nacionalmente e bastante diversificada, mas com uma histórica concentração na capital e em alguns municípios do seu entorno. Após um longo período de verdadeiro marasmo econômico, que durou cerca de trinta anos, uma série de fatores têm contribuído para melhorar as perspectivas de crescimento econômico do estado, atraindo importantes investimentos, inclusive os industriais, cuja decadência no estado era marcante.

Essa recente retomada do dinamismo econômico estadual, inseparável da melhoria do quadro econômico nacional, abre novas perspectivas de reorganização do território fluminense, cujos desdobramentos ainda não são totalmente nítidos. Eles dependerão, em grande medida, das políticas públicas e dos investimentos em infra-estrutura, que constituem uma das grandes carências do espaço econômico estadual. Eles são essenciais para incentivar o crescimento econômico e ampliar a difusão espacial e social de seus benefícios.